

A UNE NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964 E À DITADURA CIVIL-MILITAR

José Luís Sanfelice*

Resumo

O presente texto faz uma breve síntese da história da União Nacional dos Estudantes – UNE. Como entidade representativa dos universitários brasileiros, a UNE participou intensamente de vários episódios da história política do Brasil, desde a sua fundação no ano de 1937. Aqui, o objetivo é destacar a sua atividade no período pré-golpe de 1964 e, nos anos 60-70 do século passado.

O estudo se baseia em bibliografia específica e, em documentos e publicações produzidos pela própria UNE. Visa-se registrar a resistência dos estudantes, liderados pela UNE, ao golpe civil-militar de 1964 e à ditadura que se instalou na sequência dos fatos. A reação controladora, repressiva e violenta da ditadura ao movimento estudantil (ME) também é contemplada. A análise da conflituosa relação que se estabeleceu entre o ME e a ditadura, permite algumas conclusões: os estudantes, pelo menos aqueles que se engajaram na UNE, tinham como principal bandeira a Reforma Universitária. Essa bandeira foi gradativamente incluída nas denominadas Reformas de Base mais gerais e estruturais- defendidas pelos setores sociais progressistas daquela conjuntura histórica. A capacidade dos estudantes em promoverem grandes mobilizações nas ruas, com a adesão de populares, artistas, intelectuais, religiosos, dentre outros, incomodou a irada ditadura que foi ampliando a repressão. Com a prisão de muitos líderes estudantis, a morte, o exílio e o desaparecimento de vários, a UNE enfraquecida passou a atuar na clandestinidade. Ao completar 50 anos do golpe civil-militar de 1964, é preciso dizer: Não ao esquecimento.

Palavras-chave: União Nacional dos Estudantes (UNE); Golpe de 1964; ditadura civil-militar; movimento estudantil; Reforma Universitária.

Introdução

No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes.

Reunidos durante o encontro os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE) ... O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939. www.une.org.br/2011/09/historia-da-une (consulta em 22/04/2014).

E, de imediato, os estudantes liderados pela UNE se viram envolvidos nas manifestações contrárias ao nazi-fascismo pressionando o ditador-presidente Getúlio Vargas a se posicionar no conflito da II Guerra Mundial. Em 1942, os estudantes, ativos no combate às

* Professor Titular em História da Educação na UNICAMP. Aposentado e colaborador. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR. sanfelice00@gmail.com

ideologias totalitárias, ocuparam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, reduto de militantes nazi-fascistas. No mesmo ano o Brasil entrou oficialmente na guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e o ditador-presidente concedeu o prédio do Clube Germânia para que fosse a sede da UNE. Pelo decreto-lei nº 4080, a UNE foi oficializada como entidade representativa de todos os universitários brasileiros.

A inserção da UNE nos principais assuntos nacionais passou a ser uma constante. Destacou-se, por exemplo, na campanha “O Petróleo é Nosso”, até que se criasse a Petrobrás em 1953. Em 1956 participou das manifestações que protestavam contra o aumento das passagens dos bondes, no Rio de Janeiro, aliando-se aos sindicatos operários.

Grosso modo pode-se dizer que os estudantes universitários brasileiros, sob a liderança da UNE, imiscuíram-se em assuntos relacionados a aumentos de preços, à orientação política e econômica nacionalista que incluía um posicionamento adverso às empresas estrangeiras e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos. Os historiadores referem-se aos anos 50 do século XX como aqueles em que por aqui se desenvolveu a ideologia do nacional desenvolvimentismo, uma ideologia que pode ter diferentes significados para cada grupo social que a incorporou. De forma específica, entretanto, destaca-se a realização do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, promovido pela UNE em 1957, e também o seu engajamento na Campanha em Defesa da Escola Pública no transcorrer dos debates que se travaram em torno da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No interior da UNE digladiaram-se tendências conservadoras de direita, socialistas e comunistas, católicos seguidores da Juventude Universitária Católica (JUC) e, nos anos 60, a Ação Popular (AP).

A UNE nos anos 60

Nos anos 60 os fatos políticos se avolumaram e a UNE foi, de alguma maneira, alçada a um papel bastante ativo em nível nacional.

Quando, por exemplo, ocorreu a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros, eleito num processo político razoavelmente democrático, segundo os padrões convencionais da democracia burguesa e sua expressão específica na sociedade brasileira de então, houve uma tentativa dos ministros militares para impedir a posse do vice-presidente, também eleito, afrontando todas as normas constitucionais. A solução ilegal deparou-se com a resistência liderada por Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul. Formou-se uma Rede da Legalidade constituída por emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A UNE buscou agir rapidamente decretando greve geral dos estudantes, deslocando sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista e pronunciando-se pela Rede da Legalidade. A sede da UNE no Rio de Janeiro foi fechada pela polícia do Governador Carlos Lacerda. O jornal *Metropolitano*, da União Metropolitana de Estudantes, fez circular nota da UNE:

A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional dos Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir...

*A Constituição Deve Ser Defendida!
Povo E Estudantes do Brasil, Unidos Pela Constituição!
Unidos Pela Legalidade (CASTILHO, s/d).*

Sabe-se que a crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros foi solucionada com um 'meio-golpe'. Emenda à Constituição em vigor introduziu o regime parlamentarista no Brasil. Sob tal forma de governo, João Goulart tomou posse como Presidente. O regime presidencialista retornaria em 1963 após a realização de um plebiscito.

A UNE manifestou-se com um expressivo documento intitulado *O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango*:

1. Um Governo Popular firme e decidido a atender aos interesses das classes trabalhadoras, apoiando-se em suas reivindicações e em sua luta pela Justiça Social.
2. Um Governo apoiando (sic.) não em grupos econômicos e na burguesia internacional, mas no povo brasileiro que o garantiu e o garantirá no exercício pleno de seus direitos presidenciais.
3. Governo livre trabalhando por um Brasil livre de pressão dos grupos internacionais, do colonialismo, por um Brasil soberano e autodeterminado.
4. Governo de liderança na América Latina comandando a luta pela autodeterminação dos povos em apoio ao bloco neutralista.
5. Governo de consolidação das conquistas nacionalistas, Petrobrás, defesa das riquezas minerais, proibição de remessa de lucros, lei antitruste, industrialização do país.
6. Governo de unidade econômica nacional, impedindo a exploração regional, o colonialismo interno.
7. Governo da justiça social e da coibição do abuso econômico de grupos e classes; da planificação e desenvolvimento contribuindo para a justa distribuição da renda nacional; garantindo ainda o direito de greve, a participação nos lucros e cogestão operária.
8. Governo que torne a reforma agrária, exigência de justiça para milhões de camponeses explorados em seus direitos fundamentais.

9. Governo que leve, custe o que custar, até o fim, o seu mandato governamental em defesa intransigente dos sagrados direitos do povo e da nação.

A UNE SÓ TEM UM COMPROMISSO:
LUTAR PELO POVO E PELO BRASIL!
R.G. SUL 2-9-61 (UNE, 1961).

Para uma sociedade cujos processos de urbanização e industrialização eram muito recentes, ainda de tradição agrária, com as heranças da escravidão, do clientelismo, do patriarcado e da religião, o ideário da UNE, expresso acima, era bastante progressista. Não menos significativa foi a *Nota Oficial* que antecedeu a realização do plebiscito já mencionado:

A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, diante do atual estado de crise e inquietação, sente-se no dever de definir perante o povo brasileiro sua posição:

Estudantes de um país espoliado, lutamos em primeiro lugar pela Reforma Universitária, considerada por nós como a luta específica que nos cabe inicialmente no processo de redenção do povo brasileiro.

Nosso compromisso de honra é com a emancipação de uma sociedade justa, a sociedade do operário, do camponês, do homem que trabalha.

Não admitimos conciliações com os oportunistas, os que desejam servir-se do povo e não servi-lo, os que propõem soluções paliativas e vindas de cúpulas, para evitar a ascensão das massas populares ao nível da decisão dos problemas nacionais; não aceitamos falsos dilemas, nem julgamos que a luta seja entre Parlamentarismo e Presidencialismo.

Os estudantes brasileiros deixam claro diante dos partidos dos governantes e das Forças Armadas que só batalharão por medidas que tenham por fundamento as classes populares e que assegurem a sua livre manifestação, ponto imprescindível para sua participação efetiva na luta pela emancipação nacional.

O estudante é livre para dizer, nesse momento, que seu compromisso não é com as cúpulas nem com as falsas elites, mas com o povo; que seu compromisso se expressa na luta pela Reforma Universitária, pela emancipação desse país, espoliado, pelas reformas imediatas, sem traições ou recuos.

A UNE conclama a todos os estudantes para, coesos em torno dessas posições, permanecermos vigilantes e prontos a nos unir ao povo para a sua redenção.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1962 (UNE, Nota Oficial, apud CASTILHO, s/d.).

Evidentemente, setores conservadores como os proprietários de terras rurais, os industriais, setores da Igreja Católica, congressistas e parte da imprensa, dentre outros, consideraram as demandas da UNE demasiadamente radicais.

E a UNE antecipou:

... devemos denunciar que os gorilas de 1961 continuam a exercer a sua atividade antidemocrática. A luta contra a política externa, as campanhas contra a Petrobrás, o amotinamento na Marinha, as denúncias de supostos movimentos insurrecionais e a visita do Senhor Robert Kenedy ao país, são peças do mesmo sistema golpista destinado a preparar a entrega do país aos grupos econômicos internacionais (UNE, apud CASTILHO, s/d.).

Por ocasião das comemorações do 1º de maio de 1963, a UNE emitiu *Nota* para denunciar o que vinha sendo considerada uma ação criminosa, ou seja, as manifestações que reivindicavam melhores condições de existência e a favor das reformas da estrutura econômica e social. Entendia que os trabalhadores estavam sendo punidos como classe. Seria esse o sentido do golpismo e das manobras antidemocráticas urdidas pelas forças mais reacionárias do país. E, num esforço didático, a entidade dos estudantes esclarecia de como era possível uma proximidade entre estudantes e trabalhadores. O desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa. Daí a necessidade e o sentido de se lutar por uma *Reforma Universitária* (UNE, Nota Oficial, apud CASTILHO, s/d).

Ou as reformas de base prometidas desde a campanha do plebiscito, e daí o conteúdo popular daquela campanha, são efetivadas, infligindo derrotas ao imperialismo e ao latifúndio, ou a crise continuaria a aprofundar-se (UNE, Realidade Brasileira, apud CASTILHO, s/d).

Ideologicamente a UNE estava se posicionando junto a um bloco nacionalista-reformista do qual faziam parte a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com a participação de parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSP), dissidentes do PSD e UDN. Contavam com o apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuante, mas ilegal. Na oposição conservadora destacavam-se a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela embaixada dos Estados Unidos. Em São Paulo, os empresários se organizaram em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), um reduto de articulação contra o governo de João Goulart. A grande imprensa, por sua vez, fez seu alarde golpista. E, no embate, aconteceu a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, manifestação organizada pelo empresariado e a Igreja Católica, com a participação de mais de 400 mil pessoas. Nos quartéis se conspirava (cf. BANDEIRA, 1978, p. 126-51 e MATTOS, 2014).

A UNE e o Golpe Militar de 1964

Nos dias pré-golpe a UNE difundiu notas em que chamava a mobilização geral contra o golpe, a favor da legalidade e em prol da *Liberdade Democrática*. Alertas para uma possível resistência de nada valeram. De 31 de março para 1 de abril de 1964 o golpe se materializou. Nenhuma revolução, mas um golpe civil-militar que atentava contra um Presidente eleito dentro das normas democráticas em vigor e, portanto, afrontava a vontade popular.

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (cf. Ministro Juraci Magalhães, *o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil*), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado ... (Jornal do Brasil, 06/11/1966. Apud POERNER, 1979, p. 219).

Sobre os mesmos acontecimentos, o depoimento de Altino Dantas registrou o seguinte:

O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento.

Os estudantes foram atingidos pelo crime – que muito os honra – de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria.

A sede da UNE [...] foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE, uma vez que por eleições ou outro processo democrático foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. A UIE (União Internacional dos Estudantes) elaborou um cartaz com a fotografia da UNE em chamas e o espalhou, com grande repercussão pelo mundo inteiro (VÁRIOS, 1980, p. 31).

É necessário destacar, mesmo que de forma bastante resumida, que a UNE, no pré 64, vinha se empenhando em várias questões relacionadas a uma pretendida Reforma Universitária. Já em maio de 1961 promoveu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Salvador. Do Seminário resultou a *Declaração da Bahia*, um ensaio crítico sobre a realidade brasileira e a inserção da universidade no seu contexto (UNE, 1961).

O II Seminário Nacional da Reforma Universitária, ocorreu em Curitiba, em março de 1962 e dele resultou a *Carta do Paraná* (CUNHA, 1983, p. 234-42; FÁVERO, 1977. P. 48-9; POERNER, 1979, p. 193-5). Na revista da UNE alguns esclarecimentos são feitos. Os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais

do povo e que era preciso *ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base* (GUIMARÃES, 1962, p. 20-2).

Para mobilizar os estudantes pelo Brasil, a tática foi eleger a *bandeira do 1/3*, pois, com ela, exigia-se a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades. O método de ação foi o que se chamou de *UNE – Volante*, uma caravana que percorreu o país composta por dirigentes da entidade e de membros do Centro Popular de Cultura (CPC). Com a resistência das administrações universitárias aos propósitos estudantis, veio a ocorrer *agrevo do 1/3* de grandes proporções à época. Os estudantes foram acusados de desejarem a comunização da universidade brasileira.

Em janeiro de 1963 realizou-se um conselho da UNE que propôs fosse

incrementada a luta pelas reformas de base, contra a atual estrutura da dominação da sociedade brasileira;
pela eliminação das diferenças sociais e pela implantação de uma sociedade nova [que afirmasse] a igualdade real entre todos aqueles que elaboram o progresso social (CUNHA, 1963, p. 4-6).

Em um III Seminário sobre a Reforma Universitária, manteve-se o básico da proposta da Carta do Paraná.

Em 1963, com um novo documento – *Luta atual pela reforma universitária* –, a UNE reconheceu que, pela luta em torno da Reforma Universitária, havia se estabelecido o elo entre as reivindicações escolares e a luta política:

Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início na própria Universidade (UNE, 1963b, p. 9).

E, viria o ano de 1964. O ano em que o conjunto de forças reacionárias desferiu o golpe civil-militar que inauguraria mais de duas décadas de ditadura, a cada dia, mais cruel.

Após o golpe, de 31 de março para 1º de abril de 1964, imediatamente a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi incendiada, como já registrei. O Brasil passaria a ser governado por presidentes militares. A Universidade de Brasília, ainda em processo de implantação, foi invadida, em 09 de abril, por tropas que a vasculharam por completo. Foi apresentada uma lista de professores a serem aprisionados e isso se efetivou com alguns. Havia total intervenção administrativa e se sucederam as demissões. A UNE, de pronto, se colocou por

objetivos recuperar a sua sede, realizar um novo congresso da entidade para reorganizá-la e derrubar o projeto Suplicy.

Suplicy de Lacerda foi o ministro da Educação que sugeriu a extinção da UNE. Ele argumentava que a nova lei garantiria a manifestação estudantil,

mesmo aqueles contrários à formação cristã e democrática dos brasileiros, [mas que não teriam] a faculdade de subverter as instituições nacionais ou submeter a pátria brasileira ao calvário do anti-Deus (POERNER, 1979, p. 255-6, BRITO, s/d, 191-240).

E, o próprio general Presidente, Castelo Branco, admoestou:

Se ao professor não cabe fazer proselitismo com objetivo de impor ideias ou ideologias, aos estudantes compete não ficar a serviço de qualquer grupo, servindo por vezes de joguete nas mãos dos que desejam a subversão. É preciso não marcar a vida do estudante de hoje, possivelmente o dirigente de amanhã, com a sua vinculação à subversão, à corrupção ou à vadiagem onerosa dos falsos movimentos estudantis. Para se iniciar nas refregas da democracia, basta que se arregimente nas suas agremiações (BRASIL, 1964, p. 16-21).

A lei que ficou conhecida por Suplicy de Lacerda, de nº 4464/64, acabou sendo aprovada e passou a dispor sobre os órgãos da Representação dos estudantes (DIÁRIO OFICIAL de 11 de novembro de 1964, p. 10-169).

A nova regulamentação da Representação estudantil foi avaliada por POERNER (1979, p. 231-33) como portadora do objetivo de extinguir o movimento estudantil. E, vários registros assinalam que, contraditoriamente, ela veio tonificar a resistência dos estudantes. Em paralelo, seiscentos intelectuais lançaram um *Manifesto pela liberdade* (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, s/d., p. 356-61), reivindicando a libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. A UnB foi lançada, após muitas demissões de professores, a uma crise imensa. O Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) foi invadido pela polícia após os estudantes iniciarem uma greve em protesto ao aumento dos preços das refeições no seu restaurante.

Após amplo plebiscito entre os estudantes, a Lei Suplicy de Lacerda foi rechaçada pela maioria. A questão central, portanto, era reorganizar a UNE que tivera sua diretoria, por ocasião do golpe, totalmente desfeita e, agora, uma entidade também sem sede própria.

A ditadura apressou-se em firmar um acordo com a United States Agency for International Development (USAID), visando providenciar uma Reforma Universitária (em 23 de junho de 1965). Em julho do mesmo ano a UNE acabou por conseguir a realização do seu XXVII Congresso Nacional, na Escola Politécnica de São Paulo. Prevaleram, no

Congresso, as teses de reorganização e mobilização do movimento. Suplicy de Lacerda (Diário de Notícias de 13 de agosto. Apud VÁRIOS, 1980, p. 34; CASTILHO, s/d.) reagiu afirmando que ainda havia *colônias de vírus* entre os estudantes a ameaçar o futuro do Brasil. A Lei da Representação estudantil era, segundo o ministro, apenas um pretexto, para continuar a subversão nos meios universitários, uma contra-revolução capitaneada por ladrões que fugiram da polícia, por corruptos e corruptores e por comunistas de várias tonalidades.

Cada vez mais coagida e já com muitas divisões internas, a UNE lançou um manifesto candente:

A União Nacional dos Estudantes, hoje cada vez mais perseguida por representar o pensamento dos estudantes, ao se recusar a compactuar com a traição à democracia praticada continuamente pelo Governo Federal, manifesta a sua posição, repudiando as recentes manobras da ditadura, que se pronunciou pelo diálogo com os intelectuais e trabalhadores.

Tal diálogo é apenas uma tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros, porque estes têm consciência de que sua vontade não é respeitada, e que a democracia inexiste no país.

1. Desde abril de 1964, vem o Governo mantendo a nação em permanente clima de terror. A perseguição aos representantes de nossa cultura continuou sendo uma realidade. Vimos recentemente a prisão de oito dos mais expressivos intelectuais brasileiros, pelo simples motivo de se terem manifestado por Democracia e Liberdade. Ao mesmo tempo, assistimos o desmantelamento de nossas universidades e da autonomia universitária, como aconteceu recentemente na Universidade de Brasília.

2. Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs e por meio da lei 4.464, que criava o peleguismo no movimento estudantil, reconhecendo como lideranças e acenando com a bandeira da corrupção através da promessa de um bilhão de cruzeiros a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis.

3. Mas são aqueles a quem o governo federal mais tenta envolver com suas manobras e demagogias, os trabalhadores, os mais perseguidos e reprimidos pelo governo da ditadura. Seus sindicatos foram fechados ou submetidos a intervenções que ainda perduram. O direito de greve foi praticamente suprimido. As consequências da política econômica da ditadura recaíram sobre os trabalhadores, agravando o desemprego e levando à miséria mais crítica grande parte da população.

São pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3.000 universitários presos, expulsos, expatriados desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes ferido na Guanabara.

O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude, moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força do peleguismo e não de renovação.

E é consciente do compromisso assumido, e do risco que daí advém, que continuamos exigindo liberdade e o respeito aos direitos humanos. Permanecemos lutando por Democracia, embora sabendo que

espancamentos serão nossas medalhas. Queremos justiça, mesmo que injustamente sejamos presos.

Por isso nos dirigimos aos intelectuais, hoje, no sentido de que se unam a nós na recusa desse diálogo, que não passa de um monólogo, de imposição. Que, conosco, só aceitem o diálogo na medida em que cessem as perseguições e violências. Na medida em que haja anistia. Na medida em que se respeitem os direitos fundamentais da pessoa humana.

Voltamo-nos aos intelectuais, para que só aceitem o diálogo verdadeiro, e isto quando de fato, e não de promessas, se crie um clima de liberdade política e cultural.

Queremos lembrar-lhes que a história é irreversível, e que o julgamento das gerações é severo. E que os ideais se conquistam lutando, resistindo e sofrendo (UNE, apud CASTILHO, s/d.).

Era a patética expressão possível.

VI

Os estudantes passaram a sair às ruas em passeatas contra a Lei Suplicy, contra o acordo MEC-USAID, que visava a reformulação da universidade brasileira, e também contra o aparato que consideravam ditatorial. As passeatas tiveram repercussão em todo o país e até mesmo no exterior, na medida em que deparavam, sempre, com a repressão policial. Os estudantes denunciavam a intervenção norte-americana na educação, nos outros setores da vida nacional e a forma totalitária do governo brasileiro ... Cartazes contra o governo federal, protestos contra os espancamentos que a repressão policial vinha fazendo – aos gritos uníssonos de *Abaixo a ditadura*, viva a soberania nacional; povo sim, ditadura não; abaixo o imperialismo, o voto é do povo e se são fortes, abram as urnas; o povo quer feijão, chega de canhão; cantando o Hino Nacional –, o movimento estudantil ganhava o cenário da nação brasileira (SANFELICE, 2008, p. 113).

Houve uma crença de que o movimento estudantil se fundiria, nas ruas, com os segmentos sociais oprimidos pelo regime. E, a repressão, justificava suas ações como dirigidas aos comunistas infiltrados nas manifestações.

Apesar de toda a vigilância, a UNE conseguiu realizar o seu XXVIII Congresso em 28 de julho de 1966, em Belo Horizonte. As circunstâncias que cercaram o acontecimento vão do trágico ao cinematográfico e estão detalhadamente apresentadas na obra de (POERNER, 1979, p. 269-73).

Além das reivindicações específicas que fizeram parte do *Plano de Ação* da UNE, há inúmeras outras e que sintetizo: luta pela Reforma Universitária, pela revogação do acordo MEC-USAID, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, por um ensino secundário voltado para a formação profissional e pela revogação da Lei Suplicy. Luta contra a política

econômica financeira do atual governo que se orienta por integrá-la no complexo industrial imperialista; pela revogação da Lei de Greve; pela revogação dos Atos Institucionais; contra a Lei do Arrocho; pela anistia geral dos presos políticos; pela reforma agrária, pela mais ampla liberdade de organização política e filiação partidária; contra a farsa eleitoral; por eleições livres e diretas; pela formação de uma constituinte popular; contra a invasão do Vietnã pelo imperialismo norte-americano; pela igualdade internacional. “Apoiamos todas as lutas de libertação Nacional” (Belo Horizonte, Sala de Sessões, 27 de julho de 1966 – UNE 28º Congresso Nacional dos Estudantes, in:CASTILHO, s/d.).

Para quem estava no poder, as críticas da UNE e a irreverência estudantil eram, sem dúvida nenhuma, demasiadas. Com uma *Declaração de Princípios*, também aprovada no Congresso de Belo Horizonte, a entidade denunciou os militares no poder como representantes dos interesses imperialistas e dos monopolistas nacionais, contra os direitos das classes produtoras camponesas e contra a participação dos trabalhadores no resultado da produção nacional. Conclamava-se o povo a uma união para destruir aquelas forças e conduzir o processo de libertação nacional. O objetivo visado: “... a transformação revolucionária da estrutura sócio-econômica do País”. Aos universitários cabia aliar-se às forças populares. (in: CASTILHO, s/d.). A ditadura respondeu com a prisão de inúmeros estudantes que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Setores do governo passaram a responsabilizar também os professores pelas manifestações que se multiplicavam (BRITO, s/d.,p. 227-30). Foram tantos os confrontos nos meses finais de 1966 que (POERNER, 1979, p. 274-79) denomina de “O Setembro Heroico de 66” e, por conta da violenta repressão intitula de “O Massacre da Praia Vermelha”, episódio ocorrido no Rio de Janeiro.

E assim a ditadura se radicalizava. Se tornava auto-impune. Uma nova lei, de nº 5250 regulou a liberdade de manifestação do pensamento e da informação (DIÁRIO OFICIAL, 1967, p. 1657-62). A lei tornou-se intolerante para com as manifestações artísticas e culturais. Decreto-lei de nº 314, de 13 de março de 1967 (DIÁRIO OFICIAL, 1967, p. 2993-95) definiu os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

A UNE legalmente extinta, funcionava na ilegalidade. A revista *Revisão* (1967) circulou uma *Tese da UNE* com o título: “*Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro*”. A proposta era de que se compreendesse o imperialismo científica e historicamente, uma *totalidade*, como *processo histórico*. Decorre daí uma longa análise do imperialismo para concluir em prol de uma lua de classes de caráter internacional. Na sequência analisa-se a história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro

que acabou por gerar as condições para que ocorresse o golpe de 1964. Um golpe do capital (aliado ao imperialismo) contra as classes trabalhadoras nacionais. Os governos militares estavam aí para representarem os primeiros. A intervenção do imperialismo se fazia sentir nos meios de comunicação e no sistema educacional, veículos da transmissão de uma ideologia alienante. A universidade brasileira, com seu caráter elitista, formava profissionais vinculados ao *status quo*. Era preciso reformá-la para que se tornasse de todo o povo e para os interesses populares.

E, numa auto-crítica, que explicitava o papel que a UNE vinha assumindo na luta de classes, reconhecia que na aliança *operário-estudantil-camponesa* os estudantes não poderiam liderar o processo, mas constituíam-se como força auxiliar. Concluindo o seu *Programa Mínimo* enfatizou:

O Movimento Estudantil brasileiro liderado pela UNIÃO Nacional dos Estudantes – UNE – assume hoje o compromisso de lutar pela libertação do país incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras. (REVISÃO, id., *ibid.*).

É, sem dúvida, a politização crescente do movimento estudantil que fez com que ele passasse a ser motivo de preocupação cada vez maior nos círculos militares. Os estudantes representavam uma voz de denúncia frequente ao desempenho dos governos militares.

A UNE conseguiu realizar o seu XXIX Congresso, novamente clandestino, em agosto de 1967, na cidade de Valinhos, em um convento de padres. As forças da repressão chegaram ao local após os participantes já terem se retirado. A fúria voltou-se contra os padres que acabaram presos e o convento foi depredado (MENDES JR., 1981, p. 80-1; POERNER, 1979, p. 289-93). Do Congresso resultou a *Carta Política* da UNE, dedicada a uma análise da situação internacional, nacional e com um estabelecimento de programas (CASTILHO, s/d.). Há grande semelhança desse documento com o anterior, ou seja, a *Tese da UNE*. Parece, entretanto, que agora se fazia presente uma maior preocupação em definir o papel do movimento estudantil e suas relações com a luta geral.

Após o XXIX Congresso da UNE, o movimento estudantil apresentava-se com problemas internos bastante sérios. Revisão (1967c, p. 5-13) publica farto material refletindo parte da auto-crítica da UNE, parte das incertezas futuras e, mesmo, um pouco das angústias face a uma ditadura que ainda não atingira o seu clímax repressivo. A revista insistia em questões relacionadas à viabilidade prática do movimento estudantil: “Temos de nos definir mais claramente contra todas as tendências burguesas e pequeno-burguesas no movimento

estudantil e, devemos, também, superar as divergências entre os diversos grupos unificando nossa ação” (id., *ibid.*).

A morte do estudante Edson Luís Souto gerou várias reações (cf. VALLE, 2008, p. 31-96). Muitas novas passeatas ocorreram por todo o Brasil. Algumas aconteceram em 1º de abril, como já se disse, data do quarto aniversário do movimento de 64 e, outras, por ocasião da missa de sétimo dia da morte de Edson Luís Souto. Em diferentes locais os estudantes ocuparam os prédios das faculdades, contando em muitos casos com o apoio de professores solidários que programaram cursos livres. A Passeata dos Cem Mil foi um marco de adesão popular com clérigos, freiras, artistas e intelectuais. Um acontecimento pacífico de 21 de junho de 1968 no Rio de Janeiro. Pelo Brasil afora centenas de prisões se multiplicando e a UnB se tornando o palco de nova brutalidade ao sofrer mais uma invasão sob o pretexto de se prender estudantes comunistas e o líder Honestino Monteiro Guimarães, cuja captura seria imprescindível à segurança nacional.

Em outubro daquele ano ocorreu o episódio conhecido por Batalha da Rua Maria Antônia, em São Paulo, onde se confrontam alunos da Filosofia da USP e alunos da Universidade Mackenzie. A Filosofia, sede da União Estadual dos Estudantes, uma entidade à esquerda política e, no Mackenzie, alunos conservadores com um núcleo radical de direita filiado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Frente Anticomunista (FAC) e o Movimento Anticomunista (MAC). Como resultado do confronto, além dos danos materiais, a morte de José Guimarães, estudante secundarista. E, o País tomou conhecimento do caso Parasar, um plano dos oficiais da Aeronáutica para empregar a unidade de buscas e salvamentos da Força Aérea Brasileira (FAB) em missões de assassinatos das principais lideranças estudantis, dos políticos da oposição e dos cassados dos seus direitos considerados irreversíveis. Os visados seriam sequestrados e lançados ao mar a 40 quilômetros da costa. A denúncia foi feita na Câmara Federal pelo Deputado Maurílio F. Lima. Os capitães que deram as informações foram presos e transferidos. O major Itamar Rocha, que deu crédito às informações dos seus comandados, perdeu o cargo e também foi preso.

Ex-líderes militantes da UNE relatam as difíceis condições para manter a unidade das diferentes tendências representativas na entidade. Não foi possível e, os reflexos das divergências teóricas se tornaram práticos. A opção pela ação militar de vanguarda e de luta frontal contra o regime militar tornou ainda mais divergente o movimento estudantil.

A União Estadual de Estudantes (UEE) de São Paulo ficou com a incumbência de organizar o XXX Congresso da UNE. Tentou-se a sua realização em Ibiúna, cidade do interior de São Paulo, mas a repressão o deteve: quase 800 estudantes foram presos, levados

ao presídio Tiradentes em São Paulo, todos fichados, os líderes mais evidentes separados e conduzidos para a cidade de Santos e os processos se arrastaram nas auditorias militares. Houve condenados que cumpriram penas e outros que foram julgados à revelia. A UNE tentou se reorganizar no início de 1969 com congressos regionais e eleição de uma nova diretoria mas, aí viriam os anos mais terríveis da ditadura.

A UNE continuava. Uma nova diretoria estava eleita e empossada. Nomes como Jean Marc, Ronald, Honestino, Helenira, Gildo, Doralina, Humberto, vindos de diversas regiões do país, se juntaram para enfrentar a barra mais pesada de trabalho da UNE. Hoje Honestino, Helenira, Gildo e Humberto não estão aqui para contar suas histórias. Foram assassinados pela ditadura. Os nossos muitos erros – sendo Ibiúna o mais flagrante – e a guerra contra os estudantes que a ditadura aprofundava iriam pouco a pouco impossibilitando a atuação da UNE. Ela descia para as catacumbas e o número de seus mártires, dolorosamente, aumentava (VÁRIOS, 1980, p. 6).

A ditadura civil-militar mostrou ainda, antes do término do ano de 1968, toda a sua ferocidade para com a sociedade. O Congresso Nacional foi fechado e editou-se o Ato Institucional nº 5, a expressão máxima do autoritarismo então consolidado. Novas cassações de mandatos e de direitos políticos se sucederam. Iniciava-se no Brasil um período de muitas prisões, muita tortura, muito silêncio, muita censura e medo. O governo militar sentia-se em condições de tomar as medidas socioeconômicas para as quais ele havia sido instituído, ou seja, para atender os interesses dos detentores do capital nacional, subordinado ao capital externo. O ônus recaiu pesadamente sobre a classe trabalhadora em geral e sobre os setores da sociedade que se imaginavam seus aliados.

No desdobramento de uma legislação espúria o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, voltava-se especificamente para a definição das infrações praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou privados, provocando, mais uma vez, um clima de verdadeiro terror entre os docentes e no movimento estudantil. E, a sociedade como um todo, seria objeto de muitos outros Atos Institucionais. A resistência mais substantiva deslocou-se para a clandestinidade, com a guerrilha urbana e rural que, gradativamente, foram também eliminadas (cf. GORENDER, 2003).

A medida que o recuo das massas se acelerava, no segundo semestre e sobretudo em 1969, enquanto avançava a brutalidade do terror do Estado, o movimento estudantil foi ficando cada vez mais vulnerável e exposto aos golpes do regime ... Após o Ato Institucional nº 5 e o Decreto nº 477 o recuo

foi massivo, sobretudo após algumas desastrosas experiências de fincar pé aqui e ali (VÁRIOS, 1980, p. 83).

Somente após 10 anos, em 1979, a UNE voltou a instalar seu XXXI Congresso. A clandestinidade não significou o fim do movimento estudantil, mas sim um funcionamento restrito e peculiar (cf. CAVALARI, 1987).

Considerações Finais

O presente registro não pretende instituir um novo mito para a historiografia do movimento estudantil brasileiro ou para a União Nacional dos Estudantes. Não se pode negar, entretanto, os fatos e a existência da documentação que foi produzida pela liderança estudantil sobre eles. Não será a versão da UNE, a única possível. Hoje, quando se completam os 50 anos do golpe de 1964, há na sociedade brasileira uma forte tendência em alguns dos seus setores em dizer um fortíssimo *Não ao Esquecimento*. Uma reação ao que se fez de forma contínua para que ocorresse um *Apagamento* da história. Para que nos aproximemos de uma possível verdade é necessário levar em consideração todos os protagonistas envolvidos. A UNE e seus liderados foram, por uma conjuntura específica da realidade brasileira, muito presentes. O alcance e os limites daquelas ações têm se tornado, a cada dia, mais objeto de investigação. O emaranhado do cenário político-econômico e ideológico em torno do pré 64, do golpe de 64 e das suas consequências até a atualidade tem muito por se desfazer.

Nos limites impostos para esta publicação, restringi-me a um texto bastante pontual.

Registro Final: a bandeira da Reforma Universitária dos estudantes sucumbiu perante a Reforma Universitária impingida pela ditadura no ano de 1968, com reflexos ainda hoje (cf. MOTTA, 2014).

A sede da UNE no Rio de Janeiro, apenas o terreno, foi resgatada em 2007. O arquiteto Oscar Niemeyer doou o projeto do prédio a ser construído.

Referências

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BRASIL. *Diário Oficial*, de 11 de março de 1964.

BRASIL. *Diário Oficial*, 13 de março de 1967, p. 1657-62.

BRASIL. *Diário Oficial*, 13 de março de 1967, p. 2993-95.

- BRASIL. MEC/CFE. Plano educacional do presidente Castelo Branco. *Documenta*, ago. de 1964.
- BRITO, S. de. Documentação: a crise entre estudantes e governo no Brasil. *Paz e Terra*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, s.d.
- CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. L. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1981.
- CASTILHO, A. (org.) *Apesar de tudo UNE REVISTA: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná/DCE-Livre USP – ‘Alexandre Vanuchi Leme’, s/d.
- CAVALARI, R. M. F. *Os limites do movimento estudantil: 1964-1980*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP/FE, 1987.
- CUNHA, H. da. Conselho da UNE. *Movimento*. s/l: UNE, 1963.
- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FÁVERO, M. de L. de A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 2003.
- GUIMARÃES, C. Universidade à luz da crítica. *Movimento*. s/l: UNE, 1962.
- JORNAL DO BRASIL. A verdade do movimento estudantil. Apud. POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MATTOS, A. L. R. de Rossi. *Uma história da UNE: 1945-1964*. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- MENDES JR., A. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MOTTA, R. P. Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PAZ E TERRA. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.
- RCB. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- REVISÃO. São Paulo, Departamento de Publicações – Grêmio da Filosofia – USP, maio de 1967.
- REVISÃO. São Paulo, Departamento de Publicações – Grêmio da Filosofia – USP, ago. de 1967.
- SANFELICE, J. L. A UNE e a ditadura civil militar de 1964. In: GROPPPO, L. A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O. L. (orgs.). *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: UFPE, 2008.
- SANFELICE, J. L. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008.
- UNE. *Declaração da Bahia: 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora LIVRO, 1961.
- UNE. *Luta atual pela Reforma Universitária*. Guanabara: UNE, 1963.
- UNE. Nota Oficial. Apud CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE REVISTA: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná/DCE-Livre USP – ‘Alexandre Vanuchi Leme’, s/d.

UNE. O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango. *Movimento*. s/l. – UNE, 1961.

UNE. Realidade Brasileira. Apud CASTILHO, A. (org.). *Apesar de tudo UNE REVISTA: elementos para uma história da UNE*. São Paulo: Edições Guaraná/DCE-Livre USP – ‘Alexandre Vanuchi Leme’, s/d.

UNE. Tese da Une. Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro. s/l, s/d.

VALLE, M. R. 1968. *O diálogo e a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

VÁRIOS. *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

www.une.org.br/2011/09/historia-da-une (consulta em 22/04/2014).

THE UNE IN RESISTANCE TO COUP OF 1964 AND THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract

The present text is a brief summary of the history of the National Union of Students - UNE. A representative of the Brazilian University entity, UNE, participated heavily in several episodes of the political history of Brazil, since its foundation in 1937. Here, the goal is to highlight the activity in the pre-military coup period of 1964 and, in the time between the 1960's and 70's.

The study is based on a specific bibliography, documents and publications produced by the UNE. The aim is to highlight the resistance of students, led by the UNE, against the civil-military coup of 1964 and dictatorship that installed itself in the sequence of events. The controlling reaction, violent and repressive dictatorship to the student movement (ME) is also included. The analysis of the conflicted relationship that was established between the ME and the dictatorship, allows for some conclusions: the students, at least those who were engaged in the UNE, had as a main standard the University reform. This standard was gradually included in the so-called more general Basic Structural Reforms defended by social sectors that claimed for progress in that historical conjuncture. The ability of students in promoting large mobilizations on the streets, with the adherence of the population, artists, intellectuals, religious people, among others, bothered the angry dictatorship that was increasing repressive. With the arrest of many student leaders, death, exile and the disappearance of several, the UNE weakened and went on to act secretly. By completing 50 years of the civil-military coup of 1964, it must be said: No oblivion.

Keywords: National Union of students (UNE); Coup of 1964; civil-military dictatorship; the student movement; University Reform.